
E VANGÉLICOS BRASILEIROS E O ATIVISMO AMBIENTAL: INCOMPATIBILIDADES ESTRUTURAIS OU RIVALIDADES ELETIVAS?

Renan William dos Santos
Universidade de São Paulo
São Paulo – SP – Brasil

American Academy of Religion
Religion and Ecology Unit
Atlanta – Georgia – USA
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4490-6536>

Introdução

Há pouco mais de três décadas, o Rio de Janeiro aparecia como palco central de um marco histórico na conformação do ambientalismo moderno: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida como Eco-92. Em um contexto marcado, no plano geopolítico, pela derrocada do comunismo e a dissolução da União Soviética, e, no plano nacional, pela abertura democrática e o fim de um tenebroso período de repressão ao ativismo político, a formação de uma “sociedade civil plenária” unificada em torno da pauta ecológica aparecia a alguns como o sinal de que, finalmente, as utopias humanas começariam a tocar o solo da realidade. Para um dos mais importantes pesquisadores dos movimentos ambientalistas à época, Héctor Leis (1993), o “fundo comum” que articulava tal

congregação transacional derivava da “raiz espiritual” do próprio ambientalismo, sendo uma das provas disso o fato de que nunca antes na história

tantos grupos religiosos haviam participado em um evento internacional. Não apenas um número muito significativo de eventos de caráter religioso, mas também temas e palavras de fundo religioso e espiritual apareceram frequentemente, tanto nos discursos governamentais como nos não governamentais. Não parece, então, uma coincidência que o maior (por seu número de participantes) e mais significativo (por seu impacto no imaginário do público em geral) evento do Fórum Global foi de caráter espiritual: a vigília inter-religiosa “Um Novo Dia para a Terra”. Ali, líderes e discípulos de numerosas e variadas igrejas e tradições espirituais de todos os cantos do planeta (que, como é público e notório, dificilmente se encontram e, a rigor, nunca haviam se aproximado para celebrar e orar conjuntamente em tal proporção de tradições e de indivíduos) deram testemunho da necessidade da humanidade se unir espiritualmente para resolver os problemas colocados pela agenda do meio ambiente e o desenvolvimento (Leis 1993).

Organizada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), então sob a liderança de Rubem César Fernandes, a vigília “Um Novo Dia para a Terra”, descrita por Paulo Coelho como uma “Woodstock espiritual”, constituía, realmente, um feito notável (Cunha & Wesley 1992). Em um documentário sobre o evento, realizado pelo próprio ISER (1992), fala-se em 30 mil participantes oriundos das mais diversas tradições étnico-religiosas. Algumas vozes religiosas dissonantes, contudo, fizeram-se notar em meio ao clima de celebração. No referido documentário, um dos participantes da vigília descreve – com um ar de ironia – essas vozes dissonantes, afirmando que eles queriam estar juntos e, ao mesmo tempo, separados daqueles que realizavam as celebrações interreligiosas *eco-friendly*:

Tem um grupo evangélico, que foi convidado, que é um grupo que acha que aqui dentro há demônios, que aqui dentro há coisas erradas..., mas eles queriam participar, então eles montaram um trio elétrico do lado de fora e estão lá cantando, dançando e pecando, segundo algumas tradições evangélicas, porque estão dançando samba... Então até o pessoal que não queria entrar acabou participando de uma maneira alternativa. Eu acho isso um sinal positivo (ISER 1992).

Narrando o mesmo episódio pela perspectiva inversa, um dos seguidores da fé evangélica que esteve presente no protesto explicou ao *Jornal do Brasil* uma das razões para a desconfiança: “essa vigília tem cunho panteísta e nós, evangélicos,

acreditamos que existe um só Deus, Jesus Cristo, que tem a solução para todas as crises da sociedade” (Cunha & Wesley 1992). Na cobertura que realizou dessa polêmica, o *Mensageiro da paz*, jornal publicado pela Assembleia de Deus, publicou, por sua vez, uma matéria elogiando a postura dos membros de várias congregações evangélicas que “não abriram mão de sua fé, nem por uns minutos” e “não aceitaram participar de um encontro misto, de cunho panteísta, onde a natureza foi adorada em lugar do criador” (Carvalho 1992:5).

No pano de fundo dessa celeuma, é possível vislumbrar uma série de desconfianças mútuas que, ainda hoje, continuam a ser enunciadas – seja de forma explícita, seja nas entrelinhas. Para muitos evangélicos, o ativismo ambiental é encarado como um campo minado, um terreno cheio de armadilhas que podem levar as pessoas a inverter prioridades e se “desviar” do caminho da retidão, colocando a salvação deste mundo acima da salvação no outro mundo. Por outro lado, no movimento ambientalista, há outros tantos que acreditam que os evangélicos, devido à ênfase na salvação individual, às expectativas apocalípticas exacerbadas ou, simplesmente, a uma suposta ignorância religiosamente fomentada, estariam destinados a dar pouca importância à pauta ecológica.

Fato é que, apesar de várias pesquisas de opinião não registrarem qualquer tipo de negacionismo climático ou inclinação para perspectivas antiecológicas nesse segmento específico (MMA 2012; ITS & IBOPE 2021; Haerpfner *et al.* 2022), as iniciativas ecológicas de inspiração religiosa que surgiram no âmbito evangélico brasileiro, especialmente no contexto das instituições religiosas, têm sido pouco numerosas e pouco expressivas ao longo das últimas décadas (Santos 2023). Entre os pentecostais e neopentecostais, que constituem a maior parcela desse segmento no país, tais iniciativas mostram-se ainda mais escassas.

As explicações para esse cenário, no entanto, seriam meramente de ordem teológica? Existiriam traços ou ênfases específicas nos ensinamentos tradicionalmente transmitidos pelas instituições evangélicas que resultariam nesse tipo de afastamento? Haveria algum tipo de incompatibilidade intrínseca, ou de caráter estrutural, ou entre as éticas, as práticas e os ideais afirmadas por esses fiéis e as éticas, as práticas e os ideais postuladas pelos defensores do meio ambiente? Ou, ao contrário, os obstáculos ao engajamento ambiental das religiões evangélicas derivariam mais de cálculos estratégicos fundamentados em fatores “mundanos” do que de preocupações doutrinárias?

Ao analisar diversos materiais e registros históricos que parecem desacreditar explicações de caráter predominantemente idealista, este artigo busca explorar essas questões, focando em alguns de seus condicionantes sociológicos. Estes estão relacionados principalmente às posições ocupadas por atores evangélicos no campo religioso brasileiro, aos diferentes tipos de estruturas organizacionais nas quais os ecorreligiosos¹

1 O termo “ecoreligioso” – assim como suas variantes mais específicas, como “eco-evangélico” ou “ecocatólico” – é usado para designar aqueles atores, redes, organizações e instituições que defendem a possibilidade (e a necessidade) de se “reciclar”, “reutilizar” e “reaproveitar” certas convicções, orientações e valores religiosos no enfrentamento contemporâneo da crise ambiental.

costumam estar inseridos e, por fim, às estratégias que figuras-chave desse segmento tendem a adotar para valorizar seus “produtos” diante de uma competição cada vez mais intensa no mercado de bens religiosos.

Materiais e procedimentos de pesquisa

Para avançar a discussão acima delimitada, foram mobilizados dados primários e secundários oriundos de entrevistas semiestruturadas com lideranças evangélicas, pesquisas documentais e participações em eventos (celebrações, seminários, cursos etc.) relacionados ao tema da religião e ecologia. A parte mais significativa desse material empírico deriva de uma pesquisa mais ampla, a qual abarcou um mapeamento de movimentos e contramovimentos ecorreligiosos encampados por atores e organizações católicas e evangélicas no contexto brasileiro ao longo das últimas décadas.²

Dado o escopo proposto neste artigo, foram priorizadas as análises de entrevistas realizadas com ativistas e lideranças que tiveram algum histórico de envolvimento em iniciativas ecorreligiosas no meio evangélico. Essa seleção abarca um total de 25 indivíduos, incluindo desde nomes com certo protagonismo público e ativismo em nível nacional e internacional, como o da atual Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, até pessoas cuja esfera de atuação se limita ao contexto comunitário local.³

No que diz respeito aos procedimentos de pesquisa, os entrevistados foram selecionados de modo intencional, uma vez que o que se buscou evidenciar foram conexões lógicas em vez de concepções estatisticamente relevantes de uma população específica (Rinaldo & Guhin 2019; Small 2009). Os contatos iniciais com os entrevistados foram feitos por e-mail e aplicativos de mensagens. Ao final das entrevistas, seguindo a técnica de amostragem em bola de neve (Atkinson & Flint 2001), os indivíduos selecionados sugeriam nomes para potenciais entrevistas futuras. Para

2 Realizada entre 2018 e 2013 e publicada com o título *Orientações religiosas sobre a conduta ecológica: católicos, evangélicos e as repercussões religiosas da pauta ambiental no Brasil*, tal pesquisa teve um caráter eminentemente exploratório, posto que esse tema tem sido amplamente ignorado no contexto das ciências sociais no Brasil. Além da realização de entrevistas e observações participantes, esse levantamento também resultou na delimitação de um acervo documental inédito, reunido com o intuito de subsidiar a realização de pesquisas futuras.

3 Em ordem alfabética, constam nessa seleção as entrevistas realizadas com: Ângela Maringoli, Ariovaldo Ramos, Cláudio de Oliveira, Damy Ferreira, David de Oliveira, Éser Pacheco, Fernando Bortolletto, Gínia Bontempo, Haroldo Reimer, Jane Vilas Bôas, Josias Vieira, Laurence Martins, Lourdes Argueta, Magali Cunha, Marcelo Santos, Marcos Custódio, Mark Greenwood, Marina Silva, Moab Costa, Paulo de Brito, Pilato Pereira, Raquel Arouca, Simone Vieira, Valter Ravara e Timóteo Carriker. Os registros das entrevistas foram feitos em áudio e em anotações, e embora todos tenham concordado com o uso das conversas para fins acadêmicos, em algumas citações a identidade do entrevistado foi omitida para evitar possíveis constrangimentos. Para uma descrição biográfica de cada um dos entrevistados, consultar Santos (2023). Aproveito a ocasião para reforçar os agradecimentos àqueles que gentilmente se dispuseram a participar da pesquisa e, em muitos casos, contribuíram de forma ainda mais ampla, compartilhando materiais e indicações de fontes relacionadas ao tema.

favorecer uma coleta mais diversificada de opiniões, apenas duas das indicações eram contatadas e, em caso de recusa dos nomes contatados ou esgotamento de indicações, o ciclo era reiniciado até se atingir uma saturação do “campo discursivo” mobilizado pelo círculo de agentes em questão (Steinberg 1999).

Para o segmento aqui delimitado, as entrevistas tiveram duração média de 1h12. Os assuntos abordados incluíram dados sobre suas identidades e práticas religiosas, histórico de envolvimento com questões ambientais, vivências em organizações e iniciativas ecorreligiosas, estratégias de ativismo e legitimação, obstáculos enfrentados em diversos ambientes organizacionais, interações e confrontos com líderes de denominações religiosas e movimentos ambientais seculares, revisão retrospectiva de percursos e perspectivas para o futuro.

A análise da parcela documental dos dados, por sua vez, teve como objetivo possibilitar a busca de ressonâncias de quadros interpretativos, ênfases temáticas e padrões de comunicação utilizados para incitar mobilizações em diferentes contextos socioculturais e institucionais (Altheide *et al.* 2008; Perry 2017; Snow & Beyerlein 2019). Nesse caso, a coleta englobou materiais textuais, como livros, manuais, panfletos, cartas abertas, manifestos e abaixo-assinados, além de materiais educativos, como apostilas de cursos dominicais, e similares. Também foram abarcados outros formatos de produção, como podcasts, documentários, curtas-metragens, registros audiovisuais de seminários e sermões, entre outros.

Devido à inexistência de levantamentos que delimitassem o universo documental disponível, a coleta de documentos foi realizada de forma progressiva, sem um *corpus* prévio e formalmente delimitado. O conjunto inicial de dados reunidos incluía materiais produzidos por iniciativas ecorreligiosas evangélicas identificadas em levantamentos preliminares e materiais “oficiais” sobre a temática ecológica publicados por igrejas, confederações, convenções e editoras ligadas a denominações religiosas. Em seguida, essa base empírica expandiu-se mediante indicações ou compartilhamento de materiais durante as entrevistas, identificação de fontes desconhecidas mencionadas nas referências bibliográficas dos documentos analisados, levantamentos adicionais realizados em bibliotecas e bancos de teses de universidades seculares e confessionais, e a recuperação de conteúdos digitais anteriormente publicados, mas atualmente indisponíveis online.

Vale notar que, partindo de diferentes contextos organizacionais e mobilizando diferentes repertórios discursivos, tais produções tinham em comum o propósito de incentivar os leitores e espectadores a assumirem a responsabilidade pelo “cuidado da natureza” como uma obrigação religiosa. Além disso, buscavam capacitar a fiéis, congregações, templos e igrejas a enfrentarem essa tarefa de uma maneira *específica*, elencando traços e modulações que corresponderiam às características distintas daquele segmento religioso em oposição ao engajamento ambiental secular (o “do mundo”).

Ainda que os materiais aqui apresentados não tenham sido reunidos a partir de uma coleta exaustiva, o conjunto de dados parece ser suficientemente vasto, como será demonstrado a seguir, para descartar algumas hipóteses provenientes de uma “sociologia espontânea” e também para permitir a identificação de importantes tendências no universo estudado.

Regeneração ecológica e regeneração moral: conectando a salvação da alma e a salvação do mundo

De volta ao contexto da Eco-92, além do protesto pontual às celebrações inter-religiosas do evento “Um novo dia para a Terra”, o segmento evangélico brasileiro protagonizou outras iniciativas que, de forma mais ou menos crítica, explicitavam tensões em relação ao crescente movimento ambientalista. Um dos eventos mais significativos, nesse sentido, foi a passeata “Celebrando Deus com o Planeta”, que, segundo os registros jornalísticos, mobilizou, à época, a segunda maior concentração de pessoas na história do Rio de Janeiro (Manchete 1992).

Ainda que uma parcela significativa dos fiéis então presentes tenha sido instigada a participar do ato como uma forma de protesto à prisão de Edir Macedo⁴ (*Jornal do Brasil* 1992; Mariano 1999), tal evento já vinha sendo costurado há mais de um ano. Seu mote era delinear, frente à opinião pública nacional e internacional,⁵ um posicionamento especificamente religioso e doutrinariamente “sólido” – isto é, que rejeitava tanto o cientificismo evolucionista quanto qualquer forma de divinização da natureza – acerca das questões ecológicas. Em um editorial do *Mensageiro da Paz*, o “Celebrando Deus com o Planeta Terra” chegou a ser abertamente propagandeado como uma oportunidade para os evangélicos mostrarem ao mundo que suas expectativas em relação à Eco-92 eram diferentes

daquelas que regem diversas organizações ligadas à ecologia. Enquanto elas têm *motivações políticas ou fundamentadas em princípios religiosos antagônicos à Bíblia*, nós, os evangélicos, propugnamos nossa *relação com o meio ambiente segundo as diretrizes da Palavra de Deus*. Nosso propósito não é, por exemplo, divinizar a natureza (Gilberto 1992a:2, grifos meus).

-
- 4 À época, as acusações de charlatanismo dirigidas a Macedo acabaram sendo enquadradas como uma espécie de perseguição ao segmento evangélico como um todo. Considerando que sua prisão e soltura ocorreram em meio aos acontecimentos da própria Eco-92, isso parece ter incentivado ainda mais o desejo de afirmação de uma identidade ecorreligiosa distintivamente evangélica em oposição às confraternizações ecumênicas então em voga na esteira da pauta ambiental.
- 5 Uma das lideranças do evento, Washington Alves de Souza, chegou a dar uma entrevista ao *Jornal do Brasil* (1991), na qual mencionou explicitamente a preocupação em se contrapor aos “cientistas estrangeiros”, defendendo a ideia de que “foi Deus quem criou a natureza”.

No trecho acima reproduzido, um primeiro ponto importante a ser destacado é o fato de que as tensões expressas em iniciativas como o “Celebrando Deus com o Planeta” não eram movidas por diretrizes negacionistas; de forma alguma se rejeitava a existência de uma crise climática ou se diminuía a importância do cuidado com o meio ambiente. Ou seja, os evangélicos brasileiros manifestavam ali a mesma postura já expressa nos protestos contra a vigília “Um Novo Dia para a Terra”, postura essa que, como ficará mais claro adiante, permanece sendo reafirmada até os dias atuais: a preservação da natureza deve ser endossada, pois se trata de algo “agradável aos olhos do Senhor”. No entanto, as motivações e atitudes do evangélico na persecução desse ideal de forma alguma devem ser confundidas com aquelas dos ambientalistas. Tais diferenças precisam ficar claras, explicava o pastor Antonio Gilberto em outro artigo do *Mensageiro da Paz*, pois, do contrário, o cristão pode acabar se juntando a organizações como o Greenpeace e, depois, “se ver apoiando demônios” (Gilberto 1992b:5).

A ênfase no caráter distintivo de um engajamento ecológico inspirado “nas palavras de Deus”, contudo, vai além da busca por um ativismo doutrinariamente “sólido”, no sentido de que ele evitaria supostos cultos demoníacos. Mais do que “desviante”, os ambientalismos alheios ao saber religioso também seriam intrinsecamente “rasos”, “superficiais” e “limitados”. Tal pressuposto aparece de forma mais desdobrada em uma das pregações realizadas durante o “Celebrando Deus com o Planeta”. Nela, o pastor Geziel Gomes, umas das principais lideranças históricas da Assembleia de Deus, afirmaria, ao lado de nomes como Benedita da Silva, Nilson do Amaral Fanini, Edir Macedo e Caio Fábio, que

a ONU tem razão em estar preocupada com a destruição do planeta, dos ecossistemas, da fauna, da flora. *Só que ela está tratando de efeitos, mas viemos aqui nesta praça pública para lembrar as causas [...]. Não é somente o valor ecológico que está sendo ameaçado, mas os valores morais e espirituais. Esta é a verdadeira causa desta ameaça* (Mensageiro da Paz 1992:4, grifos meus).

Nesse trecho, é possível encontrar, de forma bastante clara, os traços definidores de um “ambientalismo moralista extramundano”, perspectiva essa que aparece de forma prevalente (ainda que com diferentes modulações) em proposições ecorreligiosas de diferentes denominações (Cf. Santos 2017, 2019, 2023), sendo reafirmada até mesmo em contramovimentos que buscam “neutralizar” o ativismo ambiental entre os cristãos (Santos 2020a; Santos & Kearns 2024). Partindo de uma esquizematização ideal-típica, tal “ambientalismo moralista extramundano” aparece, em um primeiro plano, em oposição ao “ambientalismo moralista intramundano” e, de uma perspectiva mais ampla, em oposição aos ambientalismos “esotérico” e “pragmático-racionalista”.

De forma bastante resumida,⁶ na vertente esotérica, os desequilíbrios ambientais são encarados como expressões de desequilíbrios místicos, e sua resolução é projetada como algo que derivaria da reintegração do ser humano no “universo”, no “cosmos”, na “teia da vida” e assim por diante. Na vertente pragmático-racionalista, por sua vez, os mesmos problemas são imputados à falta de desenvolvimento tecnológico e à administração ineficaz de recursos, sendo a superação da crise associada ao progresso científico, à disseminação de informações e à formulação de arranjos econômicos e governamentais mais eficientes. Por fim, nas vertentes moralistas, a degradação ecológica é enquadrada como um reflexo da degradação no âmbito dos valores, e sua solução requer uma reformulação moral que eleve o status dos seres naturais (na modulação intramundana) ou uma regeneração moral que reconduza a humanidade aos propósitos divinos originais (na modulação extramundana).

Para além da mencionada pregação de Geziel Gomes, os pressupostos de que a “verdadeira causa” da crise ambiental está no plano dos valores e de que essa crise requer um resgate de caráter espiritual reapareceriam em diversos outros registros produzidos por lideranças evangélicas naquele mesmo contexto. Em uma edição especial da revista *Ultimato*, uma das mais longevas publicações evangélicas no Brasil, é possível encontrar, por exemplo, o raciocínio de que “a sujeira de caráter”, “a prática do pecado”, “o abandono do temor do Senhor” e outras transgressões morais religiosamente reprováveis é que estariam no “âmago” da questão ecológica e, por isso, ao encarar esse problema, o fiel deveria ter em mente que “o lixo moral é, em última análise, o causador da poluição ambiental do planeta” (*Ultimato* 1992:24, grifos meus).

Longe de ser algo restrito aos debates suscitados pela Eco-92, a ênfase na suposta raiz moral dos problemas ecológicos seguiria estruturando as proposições de diversos atores religiosos, independentemente de suas orientações políticas e teológicas mais ou menos “liberais” ou “progressistas”. Na coluna “Meio ambiente e fé cristã”, que manteve por cerca de 4 anos da revista *Ultimato*, Marina Silva, por exemplo, afirmou que a “solução pela raiz” dos problemas ambientais só será possível “quando nos dispusermos ao resgate, à restauração de nossa vida espiritual de forma integral com Deus e à restauração de tudo o que ele criou”, e, por isso, os cristãos deveriam “trabalhar para reverter tanto a devastação das almas quanto a do planeta” (Silva 2011, grifos meus).

Já em uma carta conclamando os estudantes e professores da Universidade Presbiteriana Mackenzie a “lutar pelo meio ambiente e em prol do nosso planeta”, o pastor Augustus Nicodemus Lopes, então chanceler daquela instituição, afirmaria que “os problemas ambientais são *primeiramente* de origem moral e espiritual” e, por isso, nenhuma solução seria efetiva sem uma “transformação interior das pessoas”

6 O referido quadro tipológico foi desenvolvido em diálogo tanto com classificações mais abrangentes, tais como as delineadas por Bron Taylor (1995, 2010), quando com aquelas de teor mais restrito, centradas no segmento cristão, como as propostas por Laurel Kearns (1996, 2007). Uma discussão mais pormenorizada sobre as diversas características distintivas, aproximações e afastamentos entre os diferentes tipos ideais aqui mencionados pode ser encontrada em Santos (2023).

(Lopes 2007, grifos meus). Por fim, como um último exemplo, na Carta de Niterói, um dos principais documentos dos batistas brasileiros sobre o tema da ecologia, publicada como parte dos preparativos para a Rio+20, é possível encontrar a formulação de que tanto a natureza física (“cosmos”) quanto a natureza humana (“microcosmo”) são degradados por um estilo de vida “inconsequente” (Convenção Batista Brasileira 2011:7).

Em suma, para aqueles que buscam se inserir no debate ambiental como proponentes da única solução que poderia alcançar a “raiz” do problema, o caráter estratégico de formulações como essas é patente. Afinal de contas, ao mesmo tempo em que esse tipo de enquadramento exalta o que os atores religiosos têm a oferecer, também ressalta as limitações supostamente inerentes às demais formas de engajamento ambiental.

Ecodiceias: um sentido religioso para a crise ambiental

A proposição de que a degradação ambiental encontra suas raízes na decadência moral desdobra-se logicamente na projeção de um momento anterior, seja histórico ou mítico, no qual essa integridade moral teria sido perdida. Esse momento forneceria os principais vértices para regeneração moral que, segundo a lógica explorada no tópico anterior, deve fundamentar qualquer projeto de regeneração “ecológica”. É na esteira desse raciocínio que a Bíblia aparece aos ecorreligiosos cristãos – principalmente no segmento evangélico, dada a centralidade atribuída à Bíblia na definição dos vértices valorativos do fiel – como uma “ferramenta ecológica” crucial, já que ela registraria exemplos a serem seguidos nesse retorno ao passado em busca de um futuro mais sustentável.

A incessante busca por ensinamentos bíblicos relacionados ao cuidado ambiental não se orienta primariamente para a busca de diretrizes “práticas” ou “instrumentais” – ainda que seja possível encontrar leituras nessa linha (Nash 2009; Ellingson 2016; Santos 2023). Na verdade, a análise dos discursos e das produções ecorreligiosas mostra que o que importa estabelecer, em primeiro lugar, é como tal degradação se relaciona com desígnios divinos (desde a criação até o fim do mundo). Uma vez que nem só de pão vive o ser humano, mas também de sentido, mesmo que a solução material objetiva para os problemas ecológicos se oferecesse claramente no horizonte, ainda restaria a tarefa de compreender o que a própria existência desses problemas significa para o cristão.

Ao fornecer respostas a questionamentos desse tipo, os agentes ecorreligiosos transformam teodiceias em ecodiceias. No primeiro caso, o das teodiceias, importa entender “como é possível um poder do qual se afirma ser onipotente e bom ter sido capaz de inventar um mundo de sofrimento imerecido, de injustiça impune e de estupidez incorrigível?” (Weber 2013 [1919]:497). Já o questionamento que

permeia as ecodiceias aparece de forma bastante clara em um texto do pastor da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, Reginaldo Von Zuben: “como entender a natureza como fruto da ação criadora de Deus, permeada pela bondade, mas que dá sinais de limitações e fragilidades, as quais põem em risco a continuidade da vida humana na Terra?” (2011:52).

A resposta mais comum a essa pergunta frequentemente gira em torno de algo como “não era para ser assim” ou “isso não estava nos planos originais de Deus”. De acordo com essa perspectiva, ao criar o mundo e os seres humanos, Deus teria estabelecido um equilíbrio perfeito entre todas as coisas, equilíbrio esse que teria persistido se não fosse pelo pecado original. Essa visão, de certa forma, reinterpreta (ou recicla) a teodiceia agostiniana e isenta Deus de qualquer responsabilidade na formação de um mundo ecologicamente instável, atribuindo a culpa exclusivamente aos seres humanos: “não só comemos do fruto da árvore da vida como também fincamos o machado no seu tronco” (Westhelle 1990:17).

A sustentação dessa perspectiva pode ser encontrada no âmbito de diversas comunidades evangélicas, sem variações substanciais. Na Carta de Niterói, publicada pelos batistas brasileiros como parte dos preparativos para a Rio+20, pode-se ler, por exemplo, que “depois da queda e rebeldia após a criação, o ser humano desvirtuou-se dos propósitos divinos da criação e passou a gerir sem sabedoria a sua vida e a natureza” (Convenção Batista Brasileira 2011:7). Já na síntese apresentada por Marina Silva em uma palestra para pastores evangélicos, “no mundo criado por Deus, quem desorganizou tudo fomos nós” (Silva 2014). O pastor batista Damy Ferreira vai um pouco mais longe para afirmar que a própria transgressão humana inaugural seria, em si mesma, a “quebra de uma regra ecológica” (2006:51).

Passando por outras denominações, a carta pastoral “Discípulas e discípulos nos caminhos da missão cuidam do meio ambiente”, elaborada pela Igreja Metodista do Brasil, afirma que “a destruição da natureza é uma consequência do pecado [original]” (Colégio Episcopal 2019:11). Diversos pastores presbiterianos seguem essa mesma linha: “toda a degradação ambiental, efeito estufa, escassez de água e o mais que estamos presenciando, são consequências da Queda” (Chaves 2006:169-70); “pela introdução do pecado, seres humanos se tornaram, de longe, a principal causa dos problemas ambientais” (Carriker 2014: 21). Já à época da Eco-92, a primeira declaração oficial da Igreja Adventista sobre o meio ambiente apontava que “a decisão humana de desobedecer a Deus interrompeu a ordem original da criação, resultando em uma desarmonia alheia aos propósitos divinos” (Igreja Adventista do Sétimo Dia 2012 [1992]:26). Seguindo esse raciocínio, pastores adventistas brasileiros também defenderem que “o maior crime ecológico da História ocorreu no dia em que nossos primeiros pais ousaram lançar mão do fruto proibido” (Ramos 1993:8).

A mesma ecodiceia é reafirmada entre os evangélicos pentecostais. Segundo Abner Ferreira, da Assembleia de Deus Madureira, “tudo estava perfeito e harmonioso,

até que chegou o pecado e desestruturou tudo. O homem se afastou de Seu Criador, esqueceu-se de Seus ensinamentos e orientações, e hoje colhe consequências de um meio ambiente em deterioração” (Ferreira 2022:19). Nesse mesmo sentido, em uma das lições bíblicas da Assembleia de Deus, o pastor Elienai Cabral afirma que, “por causa do pecado [original], a alma humana foi corrompida, e o homem passou a agredir os bens criados pelo Todo-Poderoso, isto é, o meio ambiente vem sendo agredido por causa do pecado e os seus recursos naturais prejudicados” (CPAD 2003).

Por fim, entre os neopentecostais, ninguém menos do que Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), também já chegou a defender que

Deus estabeleceu uma lei fixa para garantir a harmonia entre Ele, o ser humano e a natureza. Todavia essa estabilidade foi quebrada quando Adão e Eva obedeceram ao mal. Essa rebeldia contra Deus fez com que a natureza também se rebelasse contra o homem, resultando no desequilíbrio do planeta (Macedo 2005:760).

É importante notar, porém, que a conexão simbólica entre o pecado original e os desequilíbrios ecológicos não implica a concepção de uma natureza essencial e irremediavelmente degenerada. Isso porque, embora os ecorreligiosos afirmem que as coisas estão desarmônicas devido ao pecado, eles também enfatizam a possibilidade de perceber, celebrar e se inspirar pela harmonia que persiste, em algum grau, na natureza. E tal harmonia remanescente, por assim dizer, seria capaz de se expandir, ainda que não ao ponto de voltar à perfeição original, caso a humanidade conseguisse conter seu impulso de recolocar a natureza continuamente em um estado de desequilíbrio por meio da repetição cotidiana dos pecados. Mais uma vez, é um pastor neopentecostal – Renato Cardoso, genro de Macedo e apontado por muitos como seu sucessor no comando da IURD – que sintetiza essa concepção de forma bastante clara:

tudo está interligado, [... há] uma interdependência: os peixes, que dependem uns dos outros; os animais, que dependem uns dos outros; as árvores, que se beneficiam dos animais e vice-versa [...] A única coisa que estraga a obra de Deus, na verdade, é o homem longe Dele. O homem afastado de Deus é o que estraga a sua obra. Então, realmente, [essa] é a única coisa que destrói a criação de Deus [...]. A Terra é destruída, os animais são destruídos, a vegetação, o meio ambiente é destruído pela ação deste homem mau, ganancioso [...]. Quando Deus instituiu o homem na Terra, ele disse que homem deveria cuidar da Terra. Mas o homem não cuida da Terra. O homem, na sua maioria, destrói a Terra, e por isso estamos sofrendo as consequências (Cardoso 2021, grifos meus).

Escatologias: por que salvar um mundo que se aproxima do fim?

A presença de formulações semelhantes às mencionadas no tópico anterior em círculos pentecostais e neopentecostais constitui, por si só, uma evidência significativa de que as ênfases apocalípticas predominantes nesses segmentos não representam obstáculos intrínsecos à construção de ecodiceias que valorizem religiosamente o ideal de “cuidar da natureza”. Essa constatação é reforçada ao se observar que, mesmo quando os desequilíbrios ecológicos são explicitamente enquadrados como “sinais dos últimos tempos”, tais formulações não têm a intenção de eximir o fiel de sua obrigação de agir de forma ecologicamente correta. Em um aporte didático da escola bíblica dominical da Assembleia de Deus, por exemplo, os ministrantes são orientados a ensinar que

estudos científicos apontam que pessoas morrem devido a problemas causados pela poluição; milhares de espécies de plantas e animais estão ameaçados de extinção; além disso, toneladas de metais pesados e produtos químicos estão sendo lançadas nas águas todos os anos. É inegável que estamos vivendo um desgaste natural [...]. *Aguardamos a volta do Senhor Jesus para qualquer momento* (1 Ts 4.16,17) e, certamente, passaremos a eternidade com Ele (Jo 14.1-3). *Entretanto, enquanto esse dia não chegar, precisamos cuidar do lugar onde vivemos* (CPAD 2021, grifos meus).

Em outras palavras, quando líderes evangélicos como Silas Malafaia e Edir Macedo, em consonância com pastores de diversas denominações, destacam a iminência do fim dos tempos e apontam a degradação ambiental como um sinal escatológico, isso não pode ser automaticamente interpretado como evidência de um apelo à irresponsabilidade ambiental. Afinal, admitir tal interpretação implicaria reconhecer que ecoevangélicos publicamente comprometidos com a causa ambiental, como Marina Silva, estariam engrossando o mesmo apelo à irresponsabilidade ao argumentar que o aquecimento global é, nada mais, nada menos, do que o cumprimento das profecias apocalípticas:

No Apocalipse, ele [o profeta] diz que a terra seria abrasada com grandes calores e, mesmo assim, os homens continuariam blasfemando contra o nome de Deus. Naquela época, ninguém sabia o que era isso. Hoje nós sabemos que é o aquecimento e a mudança do sistema climático (Silva 2014).

Ao comentar o aumento das catástrofes naturais, o já citado pastor Silas Malafaia também reitera que esses eventos são “um sinal do fim dos tempos” e do

“princípio das dores”, acrescentando que “se o ser humano respeitasse as leis da natureza, a biodiversidade não seria prejudicada, e a frequência de desastres naturais seria infinitamente menor” (Malafaia 2019). Parece haver pouca margem para negar que, nesse raciocínio, encontra-se um apelo à consciência ambiental, em uma chave escatológica, feito pela mesma figura que foi por várias vezes mencionada nas entrevistas com os ecorreligiosos como um exemplo de liderança cujas pregações fomentariam o desprezo à preservação da natureza. Caso ainda restem dúvidas quanto a isso, basta complementar o quadro com mais um trecho da pregação do mesmo pastor:

o maior responsável pelo desequilíbrio ambiental é o ser humano. A poluição dos rios e mares, o desmatamento, as construções irregulares em encostas, os lixos jogados na mata e o aumento da emissão dos gases gerando o efeito estufa, *ações provocadas pelo homem*, são os principais agentes de tantas calamidades e tristeza (Malafaia 2019, grifos meus).

Sejam mais ou menos enfáticas, as conexões simbólicas entre problemas ecológicos e profecias escatológicas diferem, portanto, da simples rejeição à tarefa de cuidar da natureza e do negacionismo acerca da influência humana no ecossistema planetário. Um exemplo adicional a esse respeito é encontrado nos “Estudos do Apocalipse” de Edir Macedo, no qual ele afirma que “hoje, *por causa da poluição*, nós nos deparamos com o chamado efeito estufa, que está *virando o clima mundial de cabeça para baixo* e dando origem a fenômenos como o El Niño” (Macedo 2012, grifos meus). Outras reflexões sobre o tema produzidas no âmbito da Igreja Universal do Reino de Deus vão na mesma direção, reforçando o consenso científico de que há uma crise ecológica instaurada. Em artigo publicado por ocasião da Rio+20 na *Folha Universal*, periódico dessa denominação, constam até mesmo diversas dicas sobre o que o fiel pode fazer para ajudar a frear o aquecimento global (Medrado 2012). Já em um artigo sobre derretimento de geleiras publicado no site da IURD, consta que:

assim como as previsões científicas afirmam, as grandes consequências presentes pelo descuido com a Terra durante todo o passado abrem portas para um cenário cada vez mais decadente, contribuindo para inúmeros desastres naturais catastróficos, que podem levar ao fim deste mundo (Lindo 2023).

Em suma, em nenhum dos casos mencionados há discordâncias ou contestações quanto ao diagnóstico científico da degradação ambiental e de sua origem antrópica. Tampouco se questiona a importância de realizar esforços para enfrentar esse problema.⁷ O que há em muitos casos, no entanto, é: 1) o postulado de que a visão dos

7 É importante destacar que, embora as contestações sobre a veracidade e a gravidade dos problemas ambientais sejam pouco prevalentes, isso não exclui a incorporação de elementos religiosos nas chamadas “estratégias de

cientistas, embora correta, é limitada, pois não leva em conta o conhecimento “suplementar” provido pelas profecias bíblicas, as quais elucidariam o sentido ou o significado último de tais acontecimentos; 2) a desconfiança de que a agenda de cuidado da natureza, por mais que seja legítima e que derive de uma crise ecológica real, possa estar sendo instrumentalizada de forma subreptícia, tanto pelo movimento ambientalista secular de forma geral, quanto por alguns atores religiosos que a eles se aliam.

Para reforçar esse segundo ponto, vale reproduzir aqui o alerta dado por Edir Macedo durante uma transmissão ao vivo em seu canal do YouTube:

esse projeto [para o Desenvolvimento Sustentável] da Agenda 2030 é um projeto satânico, diabólico, mas tem toda a *maquiagem de uma coisa bonita* [...]. Tem um item [nesse projeto] que diz assim “a partir dali não vai haver nem homem nem mulher” [...], é uma agenda da esquerda, é uma agenda da Igreja Católica da esquerda (Macedo 2020, grifos meus).

Como fica claro, a ênfase aqui é direcionada para uma suposta articulação da esquerda (ou seja, politicamente “desviante”) e da Igreja Católica (ou seja, religiosamente “desviante”), articulação essa que deve ser rechaçada e denunciada *não porque ela encampa* o desenvolvimento sustentável ou qualquer outro esforço direcionado ao cuidado da natureza, *tampouco porque o fim está próximo* e o fiel não precisaria se preocupar com esse tipo de problema, *mas porque ela finge encampar* essas pautas ecológicas, as quais lhe dão o aspecto de uma “coisa bonita”, isto é, algo que seria admirável, se não fosse falso.

Entre a preservação da natureza e a manutenção de um ecossistema de alianças

Conforme já exposto, ao inserir o cuidado da natureza (ou a zeladoria/mordomia da criação, como preferem os evangélicos) em um quadro mais amplo de compreensão religiosa do mundo, diversos tipos de ecodiceias parecem encontrar vias simbólicas de motivação e justificação que passam pela tangente de potenciais “bloqueios escatológicos”. Ao colocar o engajamento ecológico no plano das convicções e da fidelidade aos propósitos divinos, tais enquadramentos deixam de estar suscetíveis a objeções relacionadas à expectativa de que o fim de tudo já se desenha no horizonte.

obstrução” e “discursos de atraso”, como identificados pela literatura sobre contramovimentos ambientais (Lamb *et al.* 2020; Milani *et al.* 2023; Santos 2024; Santos & Kearns 2024). De modo geral, esses repertórios incluem: 1) redirecionamento de responsabilidades (atribuir a outros a solução do problema); 2) promoção de soluções não transformativas (evitar mudanças disruptivas); 3) ênfase nos aspectos negativos (destacar que as mudanças podem causar problemas maiores); 4) resignação (alegar que nada pode ser feito).

Mesmo que fosse deixada de lado a lógica dessas “compatibilizações” – e também o fato de que elas são verbalizadas até mesmo em discursos de lideranças geralmente reputadas pelos próprios ecorreligiosos como avessas à pauta ambiental —, uma argumentação que atribuísse a falta de iniciativas ecoevangélicas de caráter mais sistemático à veia apocalíptica mais latente nesse segmento encontraria bastante dificuldade. Isso porque a ideia de que o mundo está prestes a acabar raramente se configura como um fator sociologicamente relevante no comportamento cotidiano da maioria dos fiéis – a não ser em casos extremos que, não à toa, tendem a ser chamados de “surtos” em boa parte da literatura sobre o tema (Negrão 2001; Queiroz 1995; Monteiro 1974).

O caráter atípico de uma estruturação escatológica da vida cotidiana torna-se ainda mais patente na medida em que, nas sociedades modernas, avançam o pluralismo e a diferenciação das esferas de sentido. Como aponta Peter Berger, diante dos “múltiplos altares da modernidade”, mesmo o crente mais devoto pode “lidar com muitas áreas da vida sem referência a qualquer definição religiosa da realidade” (Berger 2017:107) – incluindo-se aí, obviamente, aquelas de caráter apocalíptico.⁸

Portanto, embora alguma correlação possa ser observada em casos excepcionais ou em alguns contextos específicos (Veldman 2019), parece existir uma seletividade causal – calcada naquilo que Mark Chaves (2010) chama de “falácia da incongruência religiosa” – na suposição de que a prevalência de discursos sobre o fim do mundo em determinados segmentos evangélicos acarretaria uma menor preocupação ambiental. De fato, para explicitar essa falácia, seria suficiente estender a expectativa para outras atitudes: se a crença em um fim do mundo iminente fosse tão estruturante, por que esses mesmos fiéis “apocalípticos” sonhariam com a aposentadoria? Por que guardariam dinheiro para pagar a faculdade dos filhos? Por que cuidariam da própria saúde ou buscariam aumentar sua longevidade? Por que se preocupariam em participar de debates públicos acerca dos rumos políticos do país? Em suma, por que fariam qualquer plano para o futuro?

Isso posto, também seria uma forma de idealismo ingênuo acreditar que enquadramentos religiosos sobre a origem, a evolução e o desfecho dos problemas ambientais, “compatíveis” com as expectativas escatológicas e conjuntos de valores doutrinários dos evangélicos possam ser facilmente canalizados para respaldar iniciativas *na* e *a partir* das próprias igrejas. Para que isso ocorresse, esse repertório simbólico ecorreligioso teria que ser institucionalizado de uma forma organizacionalmente sólida, e não apenas mencionado em acenos esporádicos. Isto é, a associação entre a identidade religiosa e a prática ecológica teria de ser sistematicamente cultivada e enfatizada nas próprias congregações, que constituem os espaços cotidianamente frequentados pela massa de fiéis.

8 É importante ressaltar que a abertura progressiva a essa possibilidade não deve ser confundida com o retrato caricato de uma modernidade essencialmente irreligiosa, até porque, como o próprio Berger aponta, “para a maioria dos crentes religiosos, a fé e a secularidade não são modos mutuamente excludentes de tratar a realidade” (Berger 2017:111-112).

Em vez disso, a tendência que tem prevalecido é a de que qualquer compromisso religioso mais sério com a pauta ambiental acaba sendo escoado apenas por meio de canais paraeclesiais. Tanto assim que, no contexto brasileiro, por vários anos, praticamente todas as iniciativas ecorreligiosas direcionadas aos evangélicos estiveram direta ou indiretamente ligadas à ong *A Rocha Brasil*⁹ (Santos 2023). Até por isso, as dificuldades enfrentadas por essa rede, que encerrou suas atividades em 2020, após 14 anos de funcionamento, ilustram de forma paradigmática a falta de permeabilidade das igrejas evangélicas à pauta ambiental. Como sintetizou em entrevista um dos fundadores e primeiro presidente da *A Rocha Brasil*, Marcos Custódio:

Em geral há muitos membros interessados, mas poucas lideranças eclesiais. Mesmo entre os [dirigentes de igrejas] que apoiavam nossa pauta, não era algo prioritário [...] [Por isso] nunca tivemos espaço dentro das denominações: as lideranças eclesiais não abriam! Um ou outro líder até era mais simpático, mas a denominação nunca! [...] Isso é uma fraqueza, pois sem a liderança você não entra em uma igreja.

Tanto as entrevistas com diretores, membros e colaboradores, quanto o mapeamento dos registros documentais (inclusive relatórios anuais de atividades) de outras organizações ecorreligiosas que surgiram após as pioneiras tentativas de interlocução empreendidas pela *A Rocha Brasil* – sejam elas de caráter mais “aberto” e inter-religioso, como a iniciativa *Fé no Cilma* (do ISER), ou com foco nos evangélicos, como a *Renovar nosso mundo* (encabeçada pela Tearfund) – revelam a existência de dificuldades de teor bastante semelhante no que diz respeito à obtenção do apoio de lideranças denominacionais e à viabilização de um contato mais sistemático com a massa de fiéis nas igrejas. O tom de frustração em relação a esse encapsulamento no circuito mais restrito das organizações paraeclesiais (geralmente ligadas à chamada “missão integral”¹⁰) aparece de forma bem clara na fala de uma liderança que atuou profissionalmente por vários anos em várias organizações desse tipo: “no Brasil [às vezes parece que] só existem 300 evangélicos preocupados com ecologia, [pois em] todas as reuniões são as mesmas pessoas engajadas”.

9 *A Rocha* surgiu na década de 1980 em Portugal, por iniciativa de um casal de missionários anglicanos, Peter e Miranda Harris. Atualmente, está presente em mais de 20 países ao redor do mundo. Apesar de a organização geralmente se descrever apenas como “cristã”, seus materiais de divulgação são centrados no público evangélico. No que diz respeito às atividades de caráter prático, os projetos das diferentes filiais locais tendem a ter um cunho conservacionista, o que no plano simbólico se escora fortemente nos enquadramentos típicos da “zeladoria da criação” (Kearns 1996; 2007).

10 Corrente religiosa que entende a “missão” de evangelizar a partir de uma perspectiva mais ampla, indo além do plano simbólico do proselitismo e englobando o testemunho “social” direcionado à solução dos problemas práticos das comunidades em que o cristão está inserido. Há adeptos da missão integral em diversas denominações evangélicas, mas eles tendem a ser encontrados mais frequentemente no círculo do protestantismo clássico. Ainda que muitos adeptos dessa corrente rejeitem a equiparação, não é incomum que a teologia da missão integral seja referida, em alguns círculos, como a teologia da libertação dos evangélicos.

A despeito disso, a maioria dos esforços das iniciativas ecoevangélicas mapeadas ao longo da pesquisa que originou este artigo tem como foco primordial a ininterrupta produção de aportes teológicos visando inspirar os fiéis a se preocupar com o meio ambiente, algo que se expressa na variedade de versículos bíblicos nos quais se “descobre” um sentido ecológico. Com isso, fica em segundo plano a tarefa de convencer os líderes das igrejas de forma pragmática que a incorporação da pauta ambiental teria potencial de trazer ganhos estratégicos para suas denominações em meio a um trânsito religioso que se intensifica (Almeida & Monteiro 2001; Pierucci & Mariano 2010; Souza 2019) – percepção estratégica essa que a alta hierarquia da Igreja Católica parece ter captado de forma mais clara¹¹ (Santos 2017, 2020, 2023).

Dessa forma, por mais que predomine entre a população evangélica o mesmo senso comum pró-ambiental que perpassa a população brasileira como um todo, o cálculo corrente expresso pelas lideranças denominacionais nas suas interações como os ecorreligiosos segue sendo o de que não é *interessante* direcionar recursos institucionais para alavancar a pauta ambiental, posto que isso não traria qualquer ganho em termos de evangelização e o crescimento quantitativo das congregações. Assim, mesmo naquelas denominações onde se encontram mais materiais pregando uma postura simpática à causa ambiental, raramente se supera o plano do simbólico em direção a esforços relevantes de reestruturação organizacional para acomodar essa temática.

Conclusão

Em sua diligente busca por recursos fundamentais à reprodução ampliada das igrejas em um mercado religioso altamente competitivo, muitas lideranças evangélicas (principalmente as de maior escalão) têm investido cada vez mais no cultivo de alianças econômicas e políticas que possam ser instrumentalizadas em favor de suas denominações (Prandi & Santos 2017; Prandi, Santos & Bonato 2019). Ainda que a mobilização dessas alianças em prol de uma “agenda de costumes” seja geralmente enfatizada em primeiro plano (Santos 2020b), é também por meio delas que se consegue a liberação de uma obra da igreja que foi embargada, a regularização de um terreno nos arredores do templo para funcionar como estacionamento, o perdão de

¹¹ No âmbito dos investimentos institucionais católicos, essa percepção se manifesta em diversas frentes e vem avançando por meio de várias ferramentas organizacionais. Além do aumento na produção de aportes simbólicos – que variam desde textos pontifícios oficiais até produções como o filme *A Carta* –, a Igreja Católica tem investido em arranjos locais e transnacionais para promover, disciplinar e coordenar a associação entre a identidade católica e a agenda ambiental. Entre essas iniciativas estão a criação de novos dicastérios no Vaticano, comissões e pastorais ecológicas em conferências nacionais, plataformas digitais dedicadas ao tema, como a Plataforma *Laudato Si'*, e o apoio a redes como o Movimento Católico Global pelo Clima (posteriormente renomeado como Movimento *Laudato Si'*). Todas essas frentes convergem na formação de “um horizonte de possibilidades até então inédito para o desenvolvimento de iniciativas ecológicas na, e por intermédio da, Igreja Católica” (Santos 2023:215, grifos no original).

dívidas públicas, a obtenção de incentivos fiscais e assim por diante.¹²

Ocorre que, no atual contexto político brasileiro, os setores e agentes que geralmente integram tais alianças tendem a ver o avanço da agenda ambiental (ou de qualquer forma de regulamentação estatal, em um plano mais geral) como contraproducente para a perseguição de seus interesses (Marquardt, Oliveira & Lederer 2022; Poerner 2022).¹³ Ou seja, ao mesmo tempo em que não são compelidas a projetar vantagens na adesão e incorporação de iniciativas ecorreligiosas, tais lideranças (principalmente aquelas no alto escalão das igrejas) encontram uma série de benefícios (que lhes fornecem vantagens relativas na competição religiosa) ao decidirem investir em alianças com setores políticos e econômicos que são fortemente refratários ao avanço da agenda ambiental no Brasil.

É certo que o peso desse tipo de pressão difere bastante a depender da estrutura com que cada liderança religiosa pode contar na condução dos assuntos de suas igrejas e denominações. A esse respeito, basta lembrar que, da mesma forma que os evangélicos, ativistas ecocatólicos também relatam dificuldades de avançar a incorporação da agenda ambiental em áreas rurais e interioranas nas quais a vida econômica da paróquia está ligada à circulação de bens propiciada pelo agronegócio, madeiras, mineradoras etc. (Santos 2023:262). A diferença em relação à maior parte dos pastores evangélicos que estão à frente de igrejas nesses mesmos contextos, contudo, é que os sacerdotes católicos estão inseridos em uma estrutura organizacional mais ampla que lhes confere certa autonomia em termos materiais e, ao mesmo tempo, constringe seu leque de articulações políticas no nível local.¹⁴

12 Vale destacar que essa dinâmica não é recente. Desde a Assembleia Constituinte de 1987-88, representantes políticos evangélicos, especialmente dos ramos pentecostal e neopentecostal, já demonstravam habilidade para estabelecer negociações paralelas àquelas conduzidas pelos partidos políticos, a fim de garantir benefícios diversos, como concessões de rádio e TV, para as igrejas e denominações que os apoiavam (Pierucci 1989). Como aponta Mariano (2011), foi na esteira do sucesso dessas incursões na arena política que o lema “crente não se mete em política” passou a ser progressivamente substituído pelo mote “irmão vota em irmão”.

13 À época da reeleição de Dilma Rousseff, figuras como Eduardo Cunha, um dos mais influentes operadores da bancada evangélica, promoveram um estreitamento dos laços de colaboração com a bancada do agronegócio (Carvalho 2015). Esse intercâmbio foi se consolidando de forma cada vez mais robusta ao longo das legislaturas seguintes, especialmente durante o governo de Jair Bolsonaro, que realizou um significativo desmonte das políticas ambientais no país (Poerner 2022). Um dos casos que exemplifica o avanço e a capilaridade dessas articulações foi a nomeação, em 2020, de Ricardo Lopes Dias, ex-missionário evangélico da Missão Novas Tribos do Brasil, para o cargo de coordenador-geral de Índios Isolados e de Recente Contato da Funai. Aliado da então ministra Damara Alves, Dias foi indicado para substituir o indigenista Bruno Pereira, servidor público que seria assassinado junto com o jornalista britânico Dom Phillips durante uma expedição na Amazônia em 2022. A nomeação de Dias foi contestada pelo Ministério Público, que destacou a sua ligação “com organização que tem por meta estreitar com os indígenas, preferencialmente os isolados e de recente contato, relações de dependência favoráveis à propagação da fé” (Biasetto 2020). Em resposta às contestações do Ministério Público, a Associação Nacional de Juristas Evangélicos emitiu uma série de notas públicas alegando que Dias estava sendo vítima de discriminação religiosa (Anajure 2020). Após alguns embates judiciais, Dias acabou exonerado do cargo em novembro de 2020 (Biasetto 2020).

14 A importância desse fator é exemplificada por um recente decreto do bispo José Ionilton de Oliveira, da prelazia de Itacoatiara (AM), que determinou que as paróquias e pastorais daquela região devem recusar doações “de políticos, de madeiras, de empresas de mineração, de exploração de petróleo e gás, que contribuem para o desmatamento e a expulsão de suas terras dos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e pequenos agricultores” (Oliveira 2022).

Tudo isso parece fundamentar a conclusão, portanto, de que a maior parte das rivalidades eletivas que atravancam a associação entre a ecologia e a identidade evangélica ocorre no plano das estratégias institucionais, e não no plano das crenças específicas dos fiéis desse campo. Em outras palavras, a disseminação de enquadramentos religiosos sobre o meio ambiente nos púlpitos, sua incorporação ritualística nos cultos e o apoio organizacional sistemático às iniciativas ecoevangélicas tendem a ser inversamente proporcionais ao envolvimento de líderes religiosos em alianças com setores como o agronegócio, que consideram a agenda ambiental como um obstáculo aos seus interesses, e grupos políticos que enquadram essa agenda como “esquerdista” ou “estatista”.

Como essas alianças são cada vez mais comuns em todo o território nacional (sobretudo nos segmentos pentecostais e neopentecostais, que congregam a maioria dos fiéis evangélicos), o cálculo predominante entre as lideranças evangélicas é de que “é melhor deixar essa coisa de meio ambiente para lá”, pois isso traz pouco *retorno* – ou, em muitos casos, pode até mesmo trazer *prejuízos* – em termos materiais, políticos e religiosos. Diante disso, o maior desafio ecoevangélicos no Brasil, hoje, não parece estar no plano simbólico da produção de ecodiceias teologicamente mais sólidas, mas sim em tornar a agenda verde mais atraente, de um ponto de vista pragmático e organizacional, para as lideranças denominacionais.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Ronaldo & MONTEIRO, Paula. (2019), “Trânsito religioso no Brasil”. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 15, nº 3: 92-101. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000300012>
- ALTHEIDE, David *et al.*. (2008), “Emergent Qualitative Document Analysis”. In: S. Hesse-Biber & P. Leavy (orgs.). *Handbook of Emergent Methods*. New York: Guilford Press.
- ATKINSON, Rowland & FLINT, John. (2001), “Accessing Hidden and Hard-to-Reach Populations: Snowball Research Strategies”. *Social Research Update*, vol. 33, nº 1: 1-4.
- BERGER, Peter. (2017), *Os múltiplos altares da modernidade*. Petrópolis: Vozes.
- CARRIKER, Timóteo C. (2014), *Teologia Bíblica da Criação*. Viçosa: Ultimato.
- CHAVES, Arthur. (2006), “Prática da Mordomia cristã na mineração”. In: P. Brito & S. Mazzoni-Viveiros (orgs.). *Missão Integral: Ecologia e Sociedade*. São Paulo: W4 Editora.
- CHAVES, Mark. (2010), “Rain Dances in the Dry Season: Overcoming the Religious Congruence Fallacy”. *Journal for the Scientific Study of Religion*, vol. 49, nº 1: 1-14. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5906.2009.01489.x>
- COLÉGIO EPISCOPAL. (2019), *Discípulos e discípulos nos caminhos da missão cuidam do meio ambiente*. São Paulo: Agular Editora.
- ELLINGSON, Stephen. (2016), *To care for creation*. Chicago: University of Chicago Press.
- FERREIRA, Abner de Cássio. (2022), “A missão de cuidar da criação”. In: *Guia fé no clima: evangélicos*. Rio de Janeiro: ISER.
- FERREIRA, Damy. (2006), “Ecologia na Bíblia”. In: P. Brito & S. Mazzoni-Viveiros (orgs.). *Missão Integral: Ecologia e Sociedade*. São Paulo: W4 Editora.

- HAERPFER, Christian. *et al.* (2022). *World Values Survey: Round Seven*. Country-Pooled Datafile Version 5.0. Madrid, Spain & Vienna, Austria: JD Systems Institute & WVSA Secretariat.
- IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA. (2012[1992]), “O cuidado com a criação”. Concílio Anual, 12 de outubro de 1992. In: *Declarações da Igreja: aborto, assédio sexual, homossexualismo, clonagem, ecumenismo e outros temas atuais*. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira.
- KEARNS, Laurel. (1996), “Saving the Creation: Christian Environmentalism in the United States”. *Sociology of Religion*, vol. 57, nº 1: 55-70.
- KEARNS, Laurel. (2007), “Religion and Ecology in the Context of Globalization”. In: P. Beyer & L. Beaman (orgs.). *Religion, Globalization, and Culture*. Boston: Brill.
- LAMB, William F. *et al.* (2020), “Discourses of climate delay”. *Global Sustainability*, vol. 3, e17: 1-5.
- LEIS, Héctor. (1993), “Ambientalismo e relações internacionais na Rio-92”. *Lua Nova*, nº 31. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451993000300005>
- MACEDO, Edir. (2005), *Seleção de Mensagens do Bispo Macedo - Compilação de 1995 a 2005*. Rio de Janeiro: Gráfica Universal.
- MACEDO, Edir. (2012), *Estudo do apocalipse: volume único*. São Paulo: Unipro.
- MARIANO, Ricardo. (1999), *Neopentecostais*. São Paulo: Loyola.
- MARIANO, Ricardo. (2011), “Laicidade à brasileira: Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública”. *Civitas*, vol. 11, nº 2: 238-258. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2011.2.9647>
- MARQUARDT, Jens; OLIVEIRA, M. Cecilia & LEDERER, Markus. (2022). “Same, same but different? How democratically elected right-wing populists shape climate change policymaking”. *Environmental Politics*, vol. 31, nº 5: 777-800.
- MILANI, Carlos *et al.* (2023), “Climate obstruction in the Global South: Future research trajectories”. *PLOS Clim*, vol. 7, nº 2: e0000241. <https://doi.org/10.1371/journal.pclm.0000241>
- MMA - Ministério do Meio Ambiente. (2012), *O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável: Pesquisa nacional de opinião*. Rio de Janeiro: Overview.
- MONTEIRO, Douglas Teixeira. (1974), *Os errantes do novo século*. São Paulo: Duas Cidades.
- NASH, James A. (2009), “The Bible vs. Biodiversity”. *Journal for the Study of Religion, Nature and Culture*, vol. 3, nº 2: 213-37.
- NEGRÃO, Lísias N. (2001), “Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, nº 46: 119-29. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092001000200006>
- PERRY, Samuel. (2017), *Growing God's Family: The Global Orphan Care Movement and the Limits of Evangelical Activism*. New York: NYU Press.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. (1989), “Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte”. *Ciências Sociais Hoje*, nº 11: 104-32.
- PIERUCCI, Antônio Flávio & MARIANO, Ricardo. (2010), “Sociologia da religião, uma sociologia da mudança”. In: C. Martins e H. Martins (eds). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia*. São Paulo: ANPOCS.
- PRANDI, Reginaldo & SANTOS, Renan William. (2017), “Quem tem medo da bancada evangélica?”. *Tempo Social*, vol. 29, nº 2: 187-213. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.110052>
- PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan & Bonato Massimo. (2019), “Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil”. *Revista USP*, vol. 120, nº 1: 43-60. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i120p43-60>
- QUEIROZ, Renato da Silva. (1995), *A caminho do paraíso: o surto messiânico-milenarista do Catulé*. São Paulo: CER.

- RAMOS, José Carlos. (1993), “Evangelho, ecologia e vida”. *Revista Adventista*, novembro: 8-9.
- RINALDO, Rachel & GUHIN Jeffrey. (2022), “How and Why Interviews Work: Ethnographic Interviews and Meso-level Public Culture”. *Sociological Methods & Research*, vol. 51, nº 1: 34-67. <https://doi.org/10.1177/0049124119882471>
- SANTOS, Renan William. (2017), *A salvação agora é verde: ambientalismo e sua apropriação religiosa pela Igreja Católica*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Sociologia, USP. <https://doi.org/10.11606/D.8.2017.tde-04102017-124158>
- SANTOS, Renan William. (2019), “Direitos da natureza e deveres religiosos: tensões entre a ecologia católica e movimentos ambientalistas seculares”. *Religião & Sociedade*, vol. 39, nº 2: 78-99. <https://doi.org/10.1590/0100-85872019v39n2cap03>
- SANTOS, Renan William. (2020a), “Entre o “cuidado da casa comum” e a “psicose ambientalista”: disputas em torno da ecoteologia católica no Brasil”. *Revista Brasileira de Sociologia*, vol. 8, nº 20: 78-101. <http://doi.org/10.20336/rbs.666>
- SANTOS, Renan William. (2020b), “A dessacralização das ciências sociais da religião no Brasil nas trilhas de Weber, Bourdieu e Pierucci”. *Tempo Social*, vol. 32, nº 3: 399-420. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2020.158831>
- SANTOS, Renan William. (2023), *Orientações religiosas sobre a conduta ecológica: católicos, evangélicos e as repercussões religiosas da pauta ambiental no Brasil*. São Paulo: Tese de Doutorado em Sociologia, USP. <https://doi.org/10.11606/T.8.2023.tde-25042024-161652>
- SANTOS, Renan William. (2024), “Reconfigurações do Ecosistema Religioso diante da Crise Climática Global”. *Cadernos do OIMC - Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas*, nº 11: 1-18.
- SANTOS, Renan William & KEARNS, Laurel. (2024), “Trojan horses facing the mirror: A comparison between religious anti-environmental movement organizations in the US and Brazil”. *Journal for the Study of Religion, Nature and Culture*, vol. 18, nº 3: 318-44. <https://doi.org/10.1558/jsrnc.24014>
- SILVA, Marina. (2014), “Painel com Marina Silva”. In: R. Bitun & A. Ramos (orgs.), *Lutando pela igreja*. São Paulo: Vox Litteris.
- SMALL, Mário Luis. (2009), “‘How many cases do I need?': On science and the logic of case selection in field-based research”. *Ethnography*, nº 10(1): 5-38. <https://doi.org/10.1177/1466138108099586>
- SNOW, David A. e BEYERLEIN, Kraig. (2019), “Bringing the Study of Religion and Social Movements Together: Toward an Analytically Productive Intersection”. In: D. Snow, S. Soule, H. Kriesi e H. McCammon (orgs.). *The Wiley Blackwell Companion to Social Movements*. New Jersey: John Wiley and Sons, p. 571-85.
- STEINBERG, Marc W. (1999), “The Talk and Back Talk of Collective Action: A Dialogic Analysis of Repertoires of Discourse among Nineteenth-Century English Cotton Spinners”. *American Journal of Sociology*, 105(3): 736-80. <https://doi.org/10.1086/210359>
- TAYLOR, Bron. (1995), “Resacralizing Earth: Pagan Environmentalism and the Restoration of Turtle Island”. In: D. Chidester e E. Linenthal (orgs.). *American Sacred Space*, Bloomington: Indiana University Press, cap. 3, p. 97-151.
- TAYLOR, Bron. (2010), *Dark Green Religion - Nature Spirituality and the Planetary Future*. Berkeley: University of California Press.
- VELDMAN, Robin Globus. (2019), *The gospel of climate skepticism: Why evangelical Christians oppose action on climate change*. Oakland: University of California Press.
- VON ZUBEN, Reginaldo. (2011), “A teodiceia e a teologia cristã”. *Teologia e Sociedade*, nº 8: 40-65.
- WEBER, Max ([1919] 2013), “Política como vocação”. In: A. Botelho (org.). *Essencial sociologia*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras.

WESTHELLE, Vítor. (1990), “A Voz que Vem da Natureza”. *Estudos teológicos*, vol. 30, nº 1: 16-26.

Jornais e revistas consultados

- BIASETTO, Daniel. (2020), Ministério da Justiça exonera missionário da coordenação de índios isolados da Funai. *O Globo*, 27 de novembro. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/ministerio-da-justica-exonera-missionario-da-coordenacao-de-indios-isolados-da-funai-1-24768506>. Acesso em 24/08/2024.
- CARVALHO, Deise Mara. (1992), “Ecumenismo na Rio-92: que “espírito” é esse?”. *Mensageiro da Paz*, agosto: 5.
- CARVALHO, Daniel (2015), “Evangélicos e ruralistas aderem a Cunha”. *O Estado de S. Paulo*, 15 de janeiro. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/evangelicos-e-ruralistas-aderem-a-cunha/>. Acesso em 24/08/2024.
- CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. (2011), “Carta de Niterói”. *O Batista Baiano*, LXXX(92): 7. Disponível em: https://issuu.com/batistasbaianos/docs/edi___o_92. Acesso em 24/12/2023.
- CUNHA, Ângela e WESLEY, Carlos. (1992), “Religiões celebram a paz e fraternidade”. *Jornal do Brasil*, 6 de junho. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pesq=%22evang%C3%A9licos%22%20%22ecologia%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=79969. Acesso em 24/12/2023.
- GILBERTO, Antonio. (1992a), “Vamos celebrar Deus”. *Mensageiro da Paz*. Editorial, maio: 2.
- GILBERTO, Antonio. (1992b), “O movimento filosófico e religioso da Nova Era”. *Mensageiro da Paz*. Editorial, maio: 5.
- JORNAL DO BRASIL. (1991), “Líderes evangélicos planejam encontro paralelo à Rio-92”. *Jornal do Brasil*, 4 de junho: 4.
- JORNAL DO BRASIL. (1992), “Manifestação evangélica”. *Jornal do Brasil*, 6 de junho: 9. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&Pesq=%22evang%C3%A9licos%22%20%22ecologia%22&pagfis=79981. Acesso em 24/12/2023.
- LINDO, Yasmin. (2023), “Um novo alerta: derretimento da ‘Geleira do Apocalipse’ preocupa”. *Universal – Notícias*, 24 de fevereiro. Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/um-novo-alerta-derretimento-da-geleira-do-apocalipse-preocupa/>. Acesso em 24/12/2023.
- MANCHETE. (1992), “A passeata da fé”. *Manchete*, nº 2097. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pesq=%22celebrando%20deus%20com%20o%20planeta%20terra%22&pasta=ano%20199&hf=memoria.bn.br&pagfis=274416>. Acesso em 24/12/2023.
- MEDRADO, Marília. (2012), “Dia a dia sustentável”. *Folha Universal*, 1 de julho: 16-7.
- MENSAGEIRO DA PAZ. (1992), “Vozes que fizeram eco no celebrando”. *Mensageiro da Paz*, Suplemento especial, julho: 4.
- SILVA, Marina. (2011), “A solução pela raiz”. *Ultimato*, nº 332. Disponível em: <https://www.ultimato.com.br/revista/artigos/332/a-solucao-pela-raiz>. Acesso em 24/12/2023.
- ULTIMATO. (1992), “O planeta na UTI cósmica”. *Ultimato*, nº 216.

Sites consultados

- ANAJURE. (2020), Nota pública sobre decisão de desembargador que anulou a nomeação do coordenador-geral de índios isolados e de recente contato da FUNAI. *Anajure.org*, 25 de maio, Disponível em: <https://anajure.org.br/nota-publica-sobre-decisao-de-desembargador-que-anulou-a-nomeacao-do-coordenador-geral-de-indios-isolados-e-de-recente-contato-da-funai/>. Acesso em 24/08/2024.
- CARDOSO, Renato. (2021), “Programa Inteligência e Fé”. *Facebook: igrejauniversal*, 27 de janeiro. Disponível em: <https://www.facebook.com/igrejauniversal/videos/203374708148150>. Acesso em 24/12/2023.
- CPAD - Casa Publicadora das Assembleias de Deus. (2003), “Mordomia Cristã – Servindo a Deus com excelência”. *Lições Bíblicas*, Jovens e adultos, 4º trimestre, comentários do pastor Elienai Cabral. Disponível em: www.estudantesdabiblia.com.br/cpad_sumario_2003_4t.htm. Acesso em 24/12/2023.
- CPAD - Casa Publicadora das Assembleias de Deus. (2021), “Lição 11: Honrando o Criador”. *Escola Bíblica Dominical*, 4º Trimestre, adolescentes. Disponível em: <https://escolabiblicadominical.com.br/licao-11-honrando-o-criador-cuidando-da-criacao/>. Acesso em 24/12/2023.
- ITS & IBOPE. (2021), *Pesquisa Mudanças climáticas na percepção dos brasileiros*. Disponível em: <https://www.percepcaoclimatica.com.br/edicao-2021-mudancas-climaticas-na-percepcao-dos-brasileiros>. Acesso em 24/12/2023.
- LOPES, Augustus Nicodemus. (2007), “Carta de princípios: Universidade e Ecologia”. São Paulo: Mackenzie. *Wayback Machine*. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20200904094550/https://www.mackenzie.br/chancelaria/artigos/arquivo/n/a/i/universidade-e-ecologia/>. Acesso em 24/12/2023.
- MACEDO, Edir. (2020), “Ai ai ai... está chegando a hora!”. *YouTube: Bispo Edir Macedo*, 23 de dezembro. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=-eLM6NoLX3Q&ab_channel=BispoEdirMacedo. Acesso em 24/12/2023.
- MALAFIA, Silas. (2019), “Catástrofes naturais”. *Portal AVEC*, 3 de junho. Em cache: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:XsUmPQvPohwj:https://www.vitoriaemcristo.org/noticia/201/catastrofes-naturais&hl=pt-BR&gl=br>. Acesso em 24/12/2023.
- OLIVEIRA, José Ionilton Lisboa. (2022), “Decreto nº 006/2022, Prelazia de Itacoatiara-Amazonas”. *Rede Jubileu Sul*, 21 de julho. Disponível em: <https://jubileusul.org.br/noticias/decreto-da-prelazia-de-itacoatiara-am-impede-recebimento-de-recursos-que-contribuem-para-a-destruicao-dos-modos-de-vida-dos-povos/>. Acesso em 24/08/2024.
- POERNER, Bárbara. (2022), “Maioria dos deputados da Frente Parlamentar Evangélica apoia pautas antiambientais”. *Agência Pública*, 25 de abril. Disponível em: <https://apublica.org/2022/04/maioria-dos-deputados-da-frente-parlamentar-evangelica-apoia-pautas-anti-ambientais/>. Acesso em 24/12/2023.

Vídeo consultado

- ISER. (1992), *One night for the Earth*. João Moreira Salles (ed.). Rio de Janeiro: ISER vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LVRORPvR-f8&t=1s&ab_channel=iseremrede (parte 1); https://www.youtube.com/watch?v=93Fwv0oXVdg&ab_channel=iseremrede (parte 2). Acesso em 24/12/2023.

Submetido em: 02/01/2024

Aprovado em: 05/09/2024

Renan William dos Santos* (renan16@outlook.com)

* Coordenador do grupo de estudos do CNPq Diversidade Religiosa na Sociedade Secularizada, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil. Membro do comitê diretivo da Unidade de Religião e Ecologia da American Academy of Religion (AAR), Atlanta, Geórgia, EUA. Doutor em Sociologia pela USP.

Resumo

Evangélicos brasileiros e o ativismo ambiental: incompatibilidades estruturais ou rivalidades eletivas?

Apesar de pesquisas de opinião não registrarem inclinações antiecológicas particularmente salientes no segmento evangélico brasileiro, o surgimento de iniciativas ecorreligiosas nesse meio tem sido fenômeno raro, sobretudo no âmbito das igrejas. Com base em documentos e entrevistas com indivíduos que participaram de iniciativas desse tipo, este artigo questiona o pressuposto de que tal escassez decorreria da falta de repertórios ou de incompatibilidades ideológicas intrínsecas. Ao demonstrar como as ecodíceias inserem o cuidado da natureza em quadros mais amplos de compreensão religiosa do mundo e contornam contestações escatológicas, defende-se a hipótese de que o principal empecilho para o investimento nessa pauta, por parte das lideranças evangélicas, é a percepção de que, estrategicamente, isso traria mais riscos do que benefícios às denominações.

Palavras-chave: Repertórios ecorreligiosos; Movimentos ambientalistas religiosos; Religião e Ecologia; Escatologia; Evangélicos no Brasil.

Abstract

Brazilian Evangelicals and Environmental Activism: Structural Incompatibilities or Elective Rivalries?

Although opinion polls do not register particularly pronounced anti-ecological inclinations within the Brazilian evangelical segment, the emergence of eco-religious initiatives in this milieu has been a rare phenomenon, especially within the church context. Based on documents and interviews with individuals who have taken part in such initiatives, this article seeks to dispel the assumption that such scarcity would result from a lack of repertoires or intrinsic ideological incompatibilities. After highlighting how “ecodicies” integrate the care of nature into broader religious frames and navigate around eschatological challenges, the article defends the hypothesis that the main obstacle for evangelical leaders to invest in this agenda is the perception that, strategically, it would bring more risks than benefits to their denominations.

Keywords: Ecoreligious repertoires; Religious environmental movements; Religion and Ecology; Eschatology; Evangelicals in Brazil.